

Demonstrações Financeiras

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Aos Diretores e Acionistas da
Central Geradora Eólica Boreas S.A.
Caldeirão Grande do Piauí - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Eólica Boreas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA021419/O-4-T-SP

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.636	614
Contas a receber de clientes	6	1.986	2.788
Impostos e contribuições a recuperar		23	21
Estoques de peças sobressalentes		451	108
Outras contas a receber		41	40
Partes relacionadas	9	170	-
		<u>8.307</u>	<u>3.571</u>
Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar		90	90
Imobilizado	7	130.295	138.144
Intangível		13	13
		<u>130.398</u>	<u>138.247</u>
Total do ativo		<u>138.705</u>	<u>141.818</u>
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Circulante			
Fornecedores	8	2.097	3.892
Partes relacionadas	9	238	257
Impostos e contribuições a recolher		178	84
Imposto de renda e contribuição social a pagar		349	277
		<u>2.862</u>	<u>4.510</u>
Não circulante			
Impostos e contribuições a recolher		35	-
Partes relacionadas	9	251.770	262.537
Provisão para desmantelamento	10	165	3.346
Outras obrigações		98	-
		<u>252.068</u>	<u>265.883</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	11		
Capital social		12.985	12.985
Prejuízos acumulados		(129.210)	(141.560)
		<u>(116.225)</u>	<u>(128.575)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>138.705</u>	<u>141.818</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	12	40.213	31.120
Custos dos serviços		(24.655)	(21.007)
Custos de operação	13	(5.478)	(3.467)
Depreciação e amortização		(5.908)	(5.846)
Compra de energia elétrica	14	(11.943)	(10.454)
Encargos de uso da rede elétrica	15	(1.326)	(1.240)
Lucro bruto		15.558	10.113
Despesas operacionais		(1.972)	(2.132)
Serviços de terceiros		(343)	(297)
Despesas com pessoal		(686)	(905)
Despesas administrativas		(111)	(101)
Depreciação e amortização		(805)	(823)
Impostos e taxas		(9)	(5)
Outras despesas operacionais		(18)	(1)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		13.586	7.981
Resultado financeiro líquido	16	41	(42.403)
Receitas financeiras		127	414
Despesas financeiras		(86)	(42.817)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		13.627	(34.422)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	17	(1.277)	(1.153)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		12.350	(35.575)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	12.350	(35.575)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>12.350</u>	<u>(35.575)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	12.985	(105.985)	(93.000)
Prejuízo do exercício	-	(35.575)	(35.575)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>12.985</u>	<u>(141.560)</u>	<u>(128.575)</u>
Lucro do exercício absorvido por prejuízos acumulados	-	12.350	12.350
Em 31 de dezembro de 2021	<u>12.985</u>	<u>(129.210)</u>	<u>(116.225)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	13.627	(34.422)
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa		
Depreciações e amortizações	6.713	6.668
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento	24	-
Perda na venda de ativo imobilizado	17	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	42.789
	<u>20.381</u>	<u>15.035</u>
(Acréscimo) decréscimo nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	802	2.780
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(2)	(81)
Outras contas a receber	(1)	(9)
Estoques de peças sobressalentes	(343)	-
	<u>456</u>	<u>2.690</u>
Acréscimo (decréscimo) nos passivos operacionais		
Fornecedores	1.795	2.522
Partes relacionadas	(19)	(282)
Impostos e contribuições sociais a recolher	121	(21)
Outras contas a pagar	98	-
	<u>(1.595)</u>	<u>2.219</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>19.242</u>	<u>19.944</u>
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.197)	(956)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>18.045</u>	<u>18.988</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.256)	(739)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(2.256)</u>	<u>(739)</u>
Atividades de financiamento		
Assunção de dívidas da Companhia com o APUS FIDC pela Controladora direta (transferência dívida para mútuo partes relacionadas)	-	(286.349)
Partes relacionadas	(10.767)	256.826
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(10.767)</u>	<u>(29.523)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.022</u>	<u>(11.274)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	614	11.888
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>5.636</u>	<u>614</u>
	<u>5.022</u>	<u>(11.274)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Central Geradora Eólica Boreas S.A., anteriormente denominada Central Eólica Boreas Ltda., (“Boreas” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 12 de fevereiro de 2009 e possui sede na Serra do Araripe s/n no município de Caldeirão Grande do Piauí. Nos termos de seu Estatuto Social, Companhia tem por objeto social específico (a) desenvolver estudos, projetar, construir, operar e manter especificamente a Central Geradora Eólica Boreas; (b) projetar, construir e operar linhas de distribuição, transmissão e subestação de energia elétrica em qualquer classe de tensão associada à Central Geradora Eólica Boreas. É controlada pela Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. (“CGER”), que é uma subsidiária da Ibitu Energias Renováveis S.A., que é controlada pela holding Ibitu Energia S.A. (“Grupo Ibitu Energia”), sendo a controladora final o fundo de investimento Astra Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP ASTRA”).

Operação comercial

Em 18 de julho de 2017 e 17 de agosto de 2017, a ANEEL emitiu os despachos nº 2.151 e 2.530, no qual autorizou a CGE Boreas a entrar em operação comercial a partir de 19 de julho de 2017 e 18 de agosto de 2017, respectivamente.

Autorização

Conforme demonstrado abaixo, a Companhia está em regime de autorização e tem toda a sua produção contratada por agente de comercialização, no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada através da Oferta Pública para Venda de Energia Eólica Incentivada, Edital no 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

<u>Contrato</u>	<u>Resolução autorizativa ANEEL</u>	<u>Datas de início de suprimento do CER</u>	<u>Prazo autorização - anos</u>	<u>Capacidade de produção instalada - MW</u>	
<u>Central Geradora Eólica Boreas S.A.</u>	Venda de Energia Eólica Incentivada	4.399/2013	01.01.16	30	29,7

Contrato de energia incentivada

A Companhia possui toda a sua produção contratada com agente de comercialização pelo prazo de 20 anos, a partir de 01 de janeiro de 2016 no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada através da Oferta Pública para a Venda de Energia Eólica Incentivada, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Contrato de energia incentivada--Continuação

De acordo com o contrato, a Companhia está obrigada a entregar a Energia Eólica Incentivada ao comprador, independente do montante de energia elétrica que a fonte geradora contratada tenha gerado ou sido instruída a gerar, devendo as obrigações do contrato relativas à entrega da Energia Eólica Incentivada serem cumpridas por meio da Garantia Física e/ou, se necessário, por meio de contrato de compra que vier a ser celebrado com terceiros. Durante o ano de 2021 e 2020, a Companhia comprou energia da comercializadora de energia do Grupo Ibitu no mercado de curto prazo para suprir parte do contrato (Nota 14).

1.1. Continuidade Operacional

A Companhia encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2021 com o Capital Circulante Líquido ("CCL") positivo no montante de R\$ 5.445 (R\$ 939 negativo em 31 de dezembro de 2020), Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 18.045 (R\$ 18.988, em 2020) e lucro do exercício de R\$ 12.350 (R\$ 35.575 de prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Por conseguinte, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2022.

2.2. Operações em conjunto

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras das operações em conjunto:

a) Consórcio Conexão

A Companhia em conjunto com outros parques eólicos na mesma região dos seus empreendimentos compuseram e mantêm um consórcio, denominado Consórcio Conexão, para construção, manutenção e operação de Subestação Seccionadora/Elevadora de 230/500kV e de Linha de Transmissão de 500kV de uso comum e interesse restrito pelas consorciadas, sem personalidade jurídica nos termos dos artigos 278 e 279 da Lei 6.404/76 e legislação correlata, localizado na Fazenda Serra do Inácio, sem número, zona rural, município de Curral Novo do Piauí, estado do Piauí. A subestação e as linhas de transmissão são utilizadas de forma compartilhada pelas consorciadas para conexão e transmissão da energia gerada.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Operações em conjunto--Continuação

a) Consórcio Conexão--Continuação

O Consórcio é formado por participações proporcionais das consorciadas, com direitos e deveres limitados à sua participação, devendo ser aportado pelas consorciadas os recursos necessários para operacionalização do Consórcio em conta específica criada para controle dos aportes recebidos e pagamentos dos gastos do Consórcio. A administração do Consórcio é feita de forma compartilhada entre consorciadas, por meio de comitê de operacionalização formado por representantes das consorciadas, além de uma liderança rotativa de uma das consorciadas com deveres de gestão, representação, fiscalização e apresentação das contas do Consórcio, com mandato de dois anos. De acordo com CPC 19 Negócios em Conjunto, os ativos, passivos e resultados da operação do Consórcio são reconhecidos pela respectiva participação de cada uma das consorciadas, e estão evidenciadas em cada conta do balanço patrimonial e demonstração do resultado da Companhia.

A participação da Companhia no Consórcio Conexão é de 2,475%.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A mensuração de ativos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

c) *Classificação e mensuração*

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado ("VJR"); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); (iii) mensurados ao custo amortizado.

A Administração determina a classificação de seu ativo financeiro no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo financeiro foi adquirido.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração--Continuação*

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*--Continuação

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Nestas demonstrações financeiras, a Companhia possui instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, outras contas a pagar e partes relacionadas.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Valor justo e perda por *impairment*

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não foram identificadas evidências de *impairment*.

v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício. Também, não adota a contabilidade de *hedge (hedge accounting)*.

2.6. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

a) Servidão de passagem

Faixas de servidão são direitos de passagem das linhas de transmissão na área que liga o parque eólico à subestação, que passa em propriedades particulares de áreas urbanas e rurais, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

A amortização da servidão de passagem se dá pelo prazo de autorização de geração de energia.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, como também os custos de financiamento obtidos de terceiros relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado ocorre pelo método linear, a taxas variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil-econômica estimada de cada componente. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15 emitida pela ANEEL a partir de 01 de janeiro de 2016, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09, limitadas ao período de autorização.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

2.10. Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, dados os prazos de pagamentos, são registrados pelo valor da transação, que representa o valor justo na data.

2.11. Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões existentes no balanço compreendem as provisões tributárias e trabalhistas. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

(a) Provisões para desmantelamento

As provisões para desmantelamento de ativos dos parques eólicos consideram que as controladas assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato de arrendamento das terras onde estão instalados. As provisões foram inicialmente mensuradas ao valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos caixa estimados.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Provisões--Continuação

Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

(b) Provisões para contingências

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

2.12. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente.

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a (R\$ 78.000 a partir de 2014) no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. Para o exercício de 2021 e 2020 a Companhia optou pelo regime tributário Lucro presumido.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Arrendamentos

Para a construção e operação de seu parque eólico, a Companhia arrendou terrenos junto a terceiros, partes independentes. Os contratos de arrendamento são em geral de 25 anos. Tendo em vista que, de acordo com o contrato, a Companhia efetuará pagamentos mensais variáveis correspondente entre 1% e 1,5% do valor do efetivo faturamento de energia produzida, cujos custos são reconhecidos na demonstração de resultados da apuração mensal, a Administração entende que não é aplicável o tratamento de reconhecimento de ativo e passivos de arrendamentos conforme CPC 06 (R2) visto que o pagamento baseado nas variações de receitas de energia não permite estimativas para aplicação.

Ao final do contrato, a Companhia tem o direito de preferência para aquisição dos imóveis, em iguais condições com terceiros.

2.14. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

2.15. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

2.16. Apuração do resultado

a) Receitas

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo IFRS 15 / CPC 47 um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Apuração do resultado--Continuação

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia ocorre quando há venda de energia acima da garantia física da usina, ela é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

O custo do serviço de energia elétrica refere-se basicamente a compra de energia quando a geração não for suficiente para suprir o contrato de venda de energia, gastos com manutenção e operação dos equipamentos de geração e instalações elétricas, mão de obra e prestações de serviços na operação, arrendamentos de terrenos, depreciação de ativos, e encargos de transmissão.

2.17. Comentário sobre a pandemia de COVID 19

Em 11 de março de 2020 a OMS-Organização Mundial de Saúde emitiu declaração de pandemia do corona vírus, desencadeando, iniciativas de contenção da transmissão e medidas emergenciais de saúde pública bem como maior ação por parte dos governantes e da sociedade civil para combate à pandemia.

Foram então deflagradas, inclusive no Brasil, ações de controle de aglomerações, evitando-se atividades com participação de alto contingente de pessoas, bem como a restrição de circulação de indivíduos, mas até então sem a paralisação das atividades econômicas de produção de bens e consumo.

A Companhia, por sua vez, antecipando-se às ações de controle e contribuindo com a saúde de seus colaboradores e com a saúde pública, buscou a partir de 16 de março de 2020, reconduzir suas atividades com seu corpo funcional de colaboradores e terceirizados para uma atividade coordenada à distância – o chamado Home Office. Recorreu-se à tal modalidade para sua grande maioria de profissionais, e à escala de revezamento no âmbito das operações de maquinários e usinas, e assim vem sendo mantido sem com isso afetar sua operação normal de geração e comercialização de energia, garantindo suas entregas.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Comentário sobre a pandemia de COVID 19

A partir da introdução da vacina contra o vírus em janeiro de 2021, e com o avanço da vacinação da população brasileira, está sendo criado ambiente mais favorável para diminuição das ações de combate à pandemia que determinam a restrição de circulação de indivíduos e que podem afetar de alguma maneira atividades econômicas no país. A Companhia continua, até o momento, com suas atividades em formato de *Home Office*.

A Administração da Companhia entende que o momento continua delicado para todos, mas que eventuais impactos nas atividades econômicas, pela contenção das atividades dos indivíduos em sociedade, não afetaram em 2021 e 2020 nem afetarão nos próximos meses e anos a continuidade das atividades de geração e comercialização de energia, tendo em vista que a energia elétrica é fundamental para o dia a dia das pessoas, empresas e órgãos governamentais, e continuará a ser demandada para a continuidade das ações de consumo, investimentos e produção de itens para toda a sociedade. A Administração entende que seus contratos vigentes e de longo prazo de entrega de energia continuarão sendo mantidos, seus ativos de geração continuarão em atividade e com geração de riquezas e não são esperadas perdas em instrumentos financeiros.

Portanto, no que se referem às informações contábeis, a Administração avaliou os efeitos do COVID-19 e seus impactos no (a): (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia aos impactos no setor elétrico e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas informações contábeis em decorrência deste assunto.

2.18. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2021 e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir.

- IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais apresentadas nas notas explicativas são:

- (a) Vida útil dos bens do imobilizado (nota 7);
- (b) Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 2.9);
- (c) Provisão para desmantelamento de ativos (nota 10); e
- (d) Contingências (nota 18).

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A Companhia, a partir da estrutura corporativa do Grupo Ibitu Energia (Controladora indireta), detém estrutura e política de gerenciamento de riscos, envolvendo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Auditoria Interna, Riscos e *Compliance*.

a) Fatores de risco financeiro

i) *Risco de crédito*

O risco de crédito é administrado pela controladora, sendo que o risco de inadimplência impacta as receitas das usinas eólicas.

Para 31 de dezembro de 2021, o risco de crédito da Companhia relaciona-se à capacidade de as instituições financeiras honrarem com seus compromissos. Nesse sentido, os recursos são aplicados em instituições de primeira linha - vide item (v) abaixo.

A geração de energia será entregue a agente de comercialização através de contrato de energia incentivada. O risco está associado a eventuais inadimplências no pagamento do contrato. Entretanto, a Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência.

ii) *Risco de liquidez*

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Os recursos financeiros da Companhia foram obtidos através de captação de empréstimos bancários e parte dos recursos tiveram como objetivo o suprimento de caixa dos investimentos a serem realizados e o saldo restante teve o intuito de devolver parte de recursos capitalizados anteriormente pelo FIP ASTRA.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é analisado no nível de sua controladora para posterior investimento em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

a) Fatores de risco financeiro--Continuação

ii) *Risco de liquidez*--Continuação

vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores divulgados na tabela abaixo são os fluxos de caixa contratados e não descontados.

	Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2021	Menos de um ano até 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	2.097	2.097
Total	2.097	2.097

iii) *Estimativa do valor justo*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, são uma aproximação razoável dos seus valores justos e, assim, a Administração entende não ser necessária divulgação adicional.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e financiamentos estão contabilizados pelo custo amortizado e sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate e/ou liquidação antecipada. Dessa forma, os saldos apresentados são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

a) Fatores de risco financeiro--Continuação

iv) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

Classificação	2021		2020	
	Dados observáveis significativos (nível 2)	Dados observáveis significativos (nível 3)	Dados observáveis significativos (nível 2)	Dados observáveis significativos (nível 3)
Ativos financeiros, conforme o balanço				
Circulante				
Caixa e contas-correntes	Custo amortizado	106	-	7
Aplicações financeiras	Custo amortizado	5.530	-	607
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	1.986	-	2.788
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	170	-
Total ativos financeiros		7.622	170	3.402
Passivos financeiros, conforme o balanço				
Circulante				
Fornecedores	Custo amortizado	2.097	-	3.892
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	238	257
		2.097	238	3.892
Não circulante				
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	251.770	-
		-	251.770	262.537
Total passivos financeiros		2.097	252.008	3.892
				262.794

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

a) Fatores de risco financeiro--Continuação

iv) *Classificação dos instrumentos financeiros por categoria*

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, que estão classificados hierarquicamente nos níveis 2 e 3 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

v) *Qualidade do crédito dos ativos financeiros*

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2021	2020
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo		
brAA+/Estável/brA-1+	5.636	614
	5.636	614

a) Riscos regulatórios

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e contas-correntes	107	7
Aplicações financeiras - consórcio conexão	80	17
Aplicações financeiras	5.449	590
	<u>5.636</u>	<u>614</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 99,24% e 96% da variação do CDI, respectivamente nos anos 2021 e 2020.

6. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de contas a receber de clientes, refere-se a valores a vencer decorrente da liquidação dos contratos de energia incentivada.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos à venda de energia com terceiros é de 20 dias, excetuando transações com partes relacionadas que são liquidadas sob demanda. Não há montantes vencidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Dentro dos saldos de Contas a receber de clientes do exercício de 2020 existem valores de transações com partes relacionadas, com a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda, destacado na nota 9, relativo à venda de energia conforme a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda	-	905
Cemig Geração e Transmissão S.A.	1.986	1.883
	<u>1.986</u>	<u>2.788</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nenhuma perda estimada com crédito de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

	Taxa média de depreciação anual	2021			2020		
		Custo histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Instalações	3,33%	20.514	(2.994)	17.520	20.514	(2.310)	18.204
Máquinas e equipamentos	4,42%	136.266	(25.583)	110.683	133.459	(19.681)	113.778
Provisão para desmantelamento	0,15%	141	(131)	10	3.346	(126)	3.220
Máquinas e equipamentos - Consórcio Conexão	3,77%	2.754	(672)	2.082	2.755	(551)	2.204
		<u>159.675</u>	<u>(29.380)</u>	<u>130.295</u>	<u>160.074</u>	<u>(22.668)</u>	<u>137.406</u>
Em curso							
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	738	-	738
Total		<u>159.675</u>	<u>(29.380)</u>	<u>130.295</u>	<u>160.812</u>	<u>(22.668)</u>	<u>138.144</u>

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

(a) A movimentação do imobilizado aconteceu da seguinte forma:

	Custo			Depreciação			Valor contábil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Instalações	20.514	-	-	20.514	(2.310)	(684)	(2.994)	18.204
Máquinas e equipamentos	133.459	2.994	(187)	136.266	(19.681)	(5.902)	(25.583)	113.778
Adiantamento a fornecedores	738	(738)	-	-	-	-	-	738
Provisão para desmantelamento (*)	3.346	-	(3.205)	141	(126)	(126)	(252)	3.220
Máquinas e equipamentos - Consórcio Conexão	2.754	-	-	2.754	(550)	(122)	(672)	2.204
	160.811	2.256	(3.392)	159.675	(22.667)	(6.834)	(29.501)	138.144

	Custo			Depreciação			Valor contábil	
	Em 31 de dezembro de 2019	Adições	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020
Instalações	20.514	-	20.514	(1.627)	(683)	(2.310)	18.887	18.204
Máquinas e equipamentos	133.459	-	133.459	(13.962)	(5.719)	(19.681)	119.497	113.778
Adiantamento a fornecedores	-	738	738	-	-	-	-	738
Provisão para desmantelamento	3.346	-	3.346	-	(126)	(126)	3.346	3.220
Máquinas e equipamentos - Consórcio Conexão	2.753	1	2.754	(411)	(139)	(550)	2.342	2.204
	160.072	739	160.811	(16.000)	(6.667)	(22.667)	144.072	138.144

(*) A movimentação de R\$ 3.205 refere-se a remensuração realizada pela Companhia dos custos necessários para desmantelamento dos parques geradores, conforme nota explicativa 10.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores representa substancialmente valores a pagar remanescentes por compras de materiais e serviços da operação e manutenção do parque eólico, compra de energia, e encargos de uso da rede.

Dentro dos saldos de Contas a Pagar de Fornecedores existem valores de transações com partes relacionadas com a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda, destacado na nota 9, relativo à compra de energia conforme a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda	1.109	3.440
Fornecedores diversos	771	183
Fornecedores do Consórcio Conexão	217	269
	<u>2.097</u>	<u>3.892</u>

O vencimento de fornecedores ocorrerá em até 3 meses, excetuando o saldo com partes relacionadas que será liquidado sob demanda.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes Relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como demonstrados a seguir:

	2021	2020
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	-	905
Total partes relacionadas – Contas a receber clientes	-	905
Central Geradora Eólica Aristarco S.A. (*)	170	-
Total partes relacionadas – Ativo circulante	170	-
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	1.109	3.440
Total partes relacionadas – Fornecedores	1.109	3.440
Ibitu Energias Renováveis S.A.	-	18
Central Geradora Solar Danúbio S.A. (**)	238	-
Ibitu Energia S.A.	-	239
Total partes relacionadas – Passivo circulante	238	257
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. (***)	251.770	262.537
Total partes relacionadas – Passivo não circulante	251.770	262.537
Operações no resultado do ano:	2021	2020
Receita de venda de energia		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	11.898	3.768
	11.898	3.768
Despesa de compra de energia		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	(11.943)	(10.447)
	(11.943)	(10.447)
Serviço de consultoria		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (****)	(366)	-
	(366)	-
Despesas com contrato de Compartilhamento de despesas		
Ibitu Energias Renováveis S.A.	(294)	(241)
Queiroz Galvão Energia S.A.	-	(522)
Central Geradora Solar Danúbio S.A. (**)	(238)	-
Ibitu Energia S.A.	(1.221)	(707)
	(1.753)	(1.470)
Total partes relacionadas – Resultado	(2.164)	(8.149)

(*) Contas a receber relacionado a eventual venda de ativo imobilizado para Aristarco a valor residual;

(**) Contas a pagar com Danúbio referente a compartilhamento de despesa de uso de equipamentos de conexão e transmissão do Complexo Caldeirão.

(***) Refere-se substancialmente ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a sua controladora através da assunção da dívida em novembro de 2020, no montante de R\$ 286.349. Os mútuos serão pagos ao longo da operação da Companhia até o fim de sua autorização, sem a incidência de juros ou quaisquer correções monetárias.

(****) Gerenciamento do portfólio de energia, com o objetivo de proteger a Companhia de riscos de preços do PLD no submercado sudeste.

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes Relacionadas--Continuação

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui expectativa de perda.

10. Provisão para desmantelamento

O saldo de R\$ 165 (R\$ 3.346, em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao valor da provisão para desmantelamento do parque eólico, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem da planta da Companhia, conforme levantamento técnico efetuado por equipe interna de engenharia. Este levantamento leva em consideração as obrigações de desmantelamento existentes que são em função dos contratos regulatórios e ambientais da Companhia, tendo como contrapartida o ativo imobilizado, em seu reconhecimento inicial, subsequentemente, as atualizações financeiras e ajustes a valor presente incorridos sobre a provisão são registrados em contrapartida ao resultado financeiro. Os valores de estimativa do levantamento foram projetados até o término dos prazos de autorização, sendo reavaliados periodicamente pela Companhia. Os custos de desmobilização do ativo capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo remanescente de autorização. Em 2021, a atualização financeira e o ajuste a valor presente foram registrados em contrapartida ao resultado financeiro, conforme abaixo (em 2020 não houve movimentação):

	<u>2021</u>
Saldo no início do exercício	3.346
Remensuração (*)	(3.205)
Atualização financeira	24
Saldo no final do exercício	165

(*) Em 2021, a Companhia revisou as estimativas para desmantelamento. O ajuste na mensuração da provisão foi registrado em contrapartida ao ativo imobilizado (Nota 7).

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 12.985 representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, como segue

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A.	12.985.133	100%	12.985
Total	12.985.133	100%	12.985

b) Destinação do resultado

No exercício em que houver lucros líquidos apurados no balanço anual, desde que não haja prejuízos acumulados que absorvam os lucros, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da Reserva Legal até o limite de 20% do capital social; (ii) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 3% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos Acionistas, de acordo com proposta formulada pela diretoria. O lucro líquido do exercício de 2021 foi absorvido pelos prejuízos acumulados.

12. Receita operacional líquida

	2021	2020
Fornecimento de energia elétrica	41.837	32.394
Total receita bruta	41.837	32.394
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(272)	(211)
COFINS	(1.255)	(972)
Taxa de fiscalização	(97)	(91)
Total das deduções	(1.624)	(1.274)
Total	40.213	31.120

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Custos de operação

	2021	2020
Custo com pessoal	(326)	(227)
Serviços de terceiros	(4.314)	(2.704)
Aluguéis e arrendamentos	(446)	(430)
Seguros	(130)	(87)
Impostos e taxas	(262)	(19)
	<u>(5.478)</u>	<u>(3.467)</u>

14. Compra de energia elétrica

Para o cumprimento do contrato de compra de energia incentivada, mencionado na nota 1- Contrato de energia incentivada, a Companhia firmou contrato com partes relacionadas para suprir a obrigação de entrega de energia pelo contrato e exposição durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 11.943 (R\$ 10.454, em 31 de dezembro de 2020).

15. Encargos de uso da rede elétrica

O valor registrado no resultado de 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 1.326 (R\$ 1.240, em 31 de dezembro de 2020) refere-se substancialmente à Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão (TUST) pago mensalmente às concessionárias de transmissão. O valor pago é calculado com base no montante de uso estabelecido no contrato (MUST) e são atualizados mediante regulamentação da ANEEL. Adicionalmente, conforme Lei nº 9.427/1996, a Companhia tem redução de 50% do valor da TUST decorrente da potência injetada nos sistemas de transmissão ser inferior a 30MW.

16. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	127	414
	<u>127</u>	<u>414</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos (*)	-	(42.789)
IOF, taxas e comissões sobre fiança bancária	(27)	(7)
Variação monetária sobre provisão para desmantelamento	(24)	-
Outras despesas financeiras	(35)	(21)
	<u>(86)</u>	<u>(42.817)</u>
	<u>41</u>	<u>(42.403)</u>

(*) Os encargos sobre empréstimos e financiamentos em 2020 referem-se a dívida com o APUS FIDC adquirida e convertida em mútuo pela controladora direta, Caldeirão Grande Energias Renováveis S.A. (nota 9).

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta		41.837	32.394
Total receita bruta		41.837	32.394
IRPJ			
Alíquota da base	8%		
Base de cálculo do IRPJ		3.347	2.592
Alíquota nominal	15%	(502)	(389)
Alíquota adicional	10%	(311)	(235)
Total IR sobre Receita Bruta		(813)	(624)
Base Receita financeira (regime de caixa)		36	527
Alíquota nominal	15%	(5)	79
Alíquota adicional	10%	(4)	53
Total IR sobre Receita financeira		(9)	132
Total final IR a pagar		(822)	756
Total receita bruta		41.837	32.394
CSLL			
Alíquota da base	12%		
Base de cálculo da CSLL		5.020	3.887
Alíquota	9%	(452)	(350)
Total CSLL sobre Receita Bruta		(452)	(350)
Base Receita financeira (regime de caixa)		36	527
Alíquota	9%	(3)	(47)
Total CSLL sobre Receita financeira		(3)	(47)
Total final CSLL a pagar		(455)	(397)
Total IR/CSLL a pagar		(1.277)	(1.153)

Central Geradora Eólica Boreas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisões para contingências

A Companhia não possui contingências com risco de perda avaliado como provável em 31 de dezembro de 2021 e 2020, por isso, nenhuma provisão foi constituída.

Contingências possíveis

A Companhia ingressou com 2 arbitragens, em conjunto com outras empresas do Grupo Ibitu, requerendo o pagamento de danos, multas e indenizações. Foram realizados pedidos contrapostos, classificados como perda possível, pelos escritórios que patrocinam a ação, que de um dos fornecedores possui o valor histórico de R\$ 14 milhões (contra R\$ 115 milhões de ativo – perda possível) e o outro de R\$ 32,4 milhões (contra R\$ 30,3 milhões de ativo – perda provável). Nessa fase do procedimento arbitral os montantes/danos líquidos de cada empresa do grupo não são individualmente mensuráveis.

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices.

A Controladora indireta da Companhia, a Ibitu Energia S.A., detém ainda uma apólice de seguro de responsabilidade civil para cobertura de responsabilidades da Administração (diretores e executivos), da modalidade de seguro D&O (*Directors and officers*) que abrange todas as empresas do Grupo Ibitu Energia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante de cobertura
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - Danos Materiais, Quebra de máquinas / Danos elétricos, e outros	100.000
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil geral - Operações amplas	10.000

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

* * *